



doi.org/10.51891/rease.v11i1.17825

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - O PAPEL DO PEDAGOGO NO PROCESSO LÚDICO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Aclene Luz¹
Aline Cristiane Gomes Cunha²
Kátia Rodrigues Martins³
Vanessa Lins Lemos⁴
Diogenes José Gusmão Coutinho⁵

RESUMO: O presente trabalho com o tema: "Deficiência intelectual – o papel do pedagogo no processo ensino- aprendizagem no ensino fundamental" objetivou discutir a atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental, voltado ao trabalho com o referido público-alvo na perspectiva lúdica, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão. Almeja orientar o pedagogo para que assegure o sucesso do aprendizado e a motivação da criança deficiente, oferecendo as dicas necessárias para a aprendizagem. Visto que o problema da pesquisa visa compreender, como o pedagogo através do atendimento aos alunos deficientes pode contemplar a aprendizagem? Sendo justificado por perceber que o atendimento pedagógico é fundamental, tanto para criança com DI, como para sua família. Esta pesquisa será do tipo bibliográfico, de cunho qualitativo e descritivo, a qual foi fundamentada teoricamente por meio da pesquisa bibliográfica. Este é o tipo de pesquisa que liga o pesquisador ao tema a ser investigado, a base que alimenta a investigação cientifica. Entre os resultados da pesquisa está a compreensão que o pedagogo pode contribuir através de seu trabalho, atribuir significado de aprendizagem com os jogos e brinquedos lúdicos, visto que essas atividades despertam interesse das crianças com DI na busca incessante do conhecimento.

Palavras-chave: Aprendizagem. Deficiência intelectual. Lúdico. Pedagogo.

ABSTRACT: This paper, entitled "Intellectual disability – the role of the pedagogue in the teaching-learning process in elementary school," aimed to discuss the work and research that deals with the learning process of students with intellectual disabilities in elementary school, focused on working with this target audience from a playful perspective, aiming to support individuals and groups involved in this process, from the perspective of diversity and inclusion. It aims to guide the pedagogue so that he can ensure the success of learning and motivation of the disabled child, offering the necessary tips for learning. Since the research problem aims to understand, how can the pedagogue, through the assistance to disabled students, contemplate learning? This is justified by realizing that pedagogical assistance is fundamental, both for children with ID and for their families. This research will be of the bibliographic type, of a qualitative and descriptive nature, which was theoretically based on bibliographic. This is the type of research that connects the researcher to the topic to be investigated, the basis that feeds scientific investigation. Among the results of the research is the understanding that the pedagogue can contribute

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Chistian Business School. Pedagoga. Especialista em psicopedagogia. AEE – Atendimento Educacional Especializado.Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica. Gestão. Orientação. Supervisão Educacional com ênfase em Psicologia.

²Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School. Graduada em Matemática e Pedagogia. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Atendimento Educacional Especializado e Gestão Educacional.

³Mestranda em Ciências da Educação pela Instituição Christian Business School. Pós Graduada em Gestão Escolar. Orientação. Supervisão e Inspeção Escolar. Graduada em Pedagogia.

⁴Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School. Pedagoga. Especialista em Pedagogia Empresarial. Psicopegagogia Institucional e Orientação Escolar.

⁵Orientador do mestrando em ciências da educação pela Christian Business School. Doutor em biologia pela UFPE.





through his/her work to assign meaning to learning with games and playful toys, since these activities arouse the interest of children with ID in the incessant search for knowledge.

Keywords: Learning. Intellectual disability. Playful. Pedagogical.

1 INTRODUÇÃO

Pensando que em pleno século XXI, a escola enquanto principal instituição de construção do conhecimento tem sido confrontada com o desafio de tornar-se inclusiva, pois infelizmente ainda existe a inserção, surgiu esse trabalho sobre o papel do pedagogo no processo lúdico de ensino- aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental, discernindo a atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem humana, assim como suas peculiaridades, visto que cada criança tem seu tempo de aprendizagem. Visou o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão.

A importância desse trabalho é para que o pedagogo assegure o sucesso do aprendizado e a motivação da criança, oferecendo as dicas necessárias para a aprendizagem. Ou seja, ajuda a criança a concretizar o comportamento-alvo, levando em conta os pré-requisitos que ela possui e os que faltam aprender, no caso dos deficientes intelectuais suas limitações e peculiaridades comuns, de forma lúdica, para que seja um momento prazeroso para a criança.

É sabido que o atendimento pedagógico é indispensável, tanto para criança com DI, como para sua família. Ele contribui para resgatar a autoestima e a confiança da família, além de ajudar a criança a se desenvolver e encontrar meios para se tornar cada vez mais independente e autônoma, pensando nisso esse trabalho teve como objetivo geral conscientizar os pedagogos da sua importância na vida do estudante com deficiência intelectual, e a utilização do lúdico no ensino-aprendizagem desses estudantes alvo.

Esta pesquisa foi do tipo bibliográfica, de cunho qualitativa e descritiva a qual foi fundamentada teoricamente por meio da pesquisa bibliográfica Este tipo de pesquisa é aquela que liga o pesquisador ao tema a ser investigado, ou seja, é a base que alimenta a investigação científica; analisando livros, revistas, artigos e outros materiais.

O objetivo da pesquisa visou apresentar os benefícios do atendimento pedagógico dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental na perspectiva lúdica, visto que no ponto de vista científico em relação às atividades lúdicas e os jogos, pode-se relatar que as dificuldades de aprendizagem que os infantes apresentam na escola podem ser originadas pela falta de pré-requisitos básicos essenciais para a compreensão e execução das tarefas escolares.





Almejou auxiliar o quadro das instituições educacionais, construindo um olhar mais completo, solidário a respeito do discente e das suas condições para aprender.

Organizado em 3 partes: o primeiro subtítulo trata da História da educação especial no Brasil, como foi introduzida no século XX na sociedade e depois na escola, de forma a identificar como ela era conceituada, e como esta modalidade de ensino era vista e introduzida no contexto escolar. Trata de apontar a escola integradora que nada mais foi do que uma tentativa de introduzir pessoas com deficiências na escola por meio de teste de conhecimento. Em seguida aborda o papel do pedagogo no contexto escolar no que tange os alunos com deficiência intelectual, o qual é identificar e promover uma atuação. Por fim, apresenta como o lúdico pode contemplar a aprendizagem dos referidos alunos, com a intervenção do pedagogo.

2 ENTENDENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Foi no século XX que a educação para pessoas com necessidades educacionais especiais teve uma grande mudança. Momento esse que pode ser considerado histórico, devido às manifestações sociais por igualdades e contra as diferenças para os indivíduos que portavam limitações de aprendizagem. Foi ainda nesse período que a escola começou a receber os alunos com deficiência, ou seja, esses alunos começaram a frequentar o ensino regular, juntamente com as crianças ditas "normais".

De acordo com Marchesi (2004, p.15) "a própria escola devia assumir sua responsabilidade diante dos problemas de aprendizagem que eles manifestavam" logo, os docentes foram encarregados de gerarem uma educação integradora, onde integrassem todos os indivíduos no campo educativo.

Nesse contexto é importante ressaltar como ocorria o processo de seleção das crianças para frequentar as escolas regulares, que nada mais era do que os testes de inteligência, que ajudava "a delimitar os diferentes níveis de normalidade e de deficiência mental" (MARCHESI, 2004, p.17), só com esse método de medição saberiam diferenciar as crianças que deviam ser educadas nas escolas regulares daquelas que não podiam frequentá-las.

Com essa forma de separar as crianças que não eram introduzidas nas escolas regulares, surgiu a necessidade de uma escola especial para os que eram identificados como deficientes, ou seja, aquelas crianças que ficavam fora dos resultados de normalidade, realizado pelos testes de inteligência. Nos anos 1940 e 1950 que as escolas especiais se fortaleceram, pois aceitaram a concepção de que as deficiências poderiam ser "motivadas por falta de estímulo adequado ou





por processos de aprendizagem incorretos" (MARCHESI, 2004, p.17). Em outras palavras, as escolas especiais possibilitaram aos alunos uma gama de desenvolvimentos por meio da socialização entre crianças com deficiência.

No ano de 1961 veio a primeira lei federal que dispensava qualquer tipo de diferenciação nas necessidades especiais dos alunos, Lei de nº 4.024/61 Que trata da Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo Da Educação de Excepcionais Art. 88. Diz que "A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade", logo, todo indivíduo que possuísse qualquer tipo de deficiência deveria ser introduzido no sistema geral de educação (BRASIL, 1961). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional iniciou-se a luta pela inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro.

Já em 1994 com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p. 17), conceitua a educação especial como modalidade de ensino, onde surge para desenvolver os potenciais das pessoas com deficiências, com o intuito de estabelecer uma conduta para que todos sem extinção fossem favorecidos nos diferentes níveis do ensino, visando estabelecer critérios para que os alunos fossem atendidos de forma mais profissional, sendo esse atendimento ajustados às suas necessidades de forma que fosse levado em consideração suas necessidades e limitações.

A nova reformulação surgiu para ampliar o atendimento especializado, sem retirar do aluno o que já é essencial, e sim complementando, adicionando um melhor acolhimento nas instituições de ensino, ou seja, o aluno, continua em seu atendimento especializado podendo frequentar as escolas regulares de ensino. A grande contribuição mesmo para a Educação Especial no Brasil aconteceu com a nova reformulação da LDBEN, atual Lei 9.394/96, que mesmo mantendo a nomenclatura "modalidade de educação escolar" entendeu-se a Educação especial como:

[...] Um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, art. 3º).

Logo, esta resolução trata de inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais deve ser formalizada dentro das instituições de ensino regular, ou seja, a resolução diz que todos sem extinção que tem alguma limitação seja psicológica ou física é vista como pessoa de direito





a educação em escolas comuns, diferentes de outras épocas remotas onde os alunos eram incluídos em escolas especificas. A resolução nº4 de 2 de outubro de 2009 onde rege que:

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos." (BRASIL, 2009, p.1).

O atendimento educacional especializado dentro da escola é apresentado na resolução nº 4/2009 como uma modalidade de ensino o qual tem como objetivo principal introduzir o aluno em meio ao aprendizado como forma de garantir que este aprenda de forma onde suas limitações sejam de fato assistida. Uma vez que neste atendimento os recursos e as metodologias utilizados batem de acordo com a necessidade especifica de cada aluno.

2.1 O papel do pedagogo no contexto escolar na vida dos deficientes intelectuais

É certo afirmar que o profissional em pedagogia pode atuar em várias áreas, tanto desenvolvendo atividades de prevenção, quanto para atividades com o intuito de compreender os aspectos do desenvolvimento humano, e dentro dessas funcionalidades está a busca pelo bemestar sociopsicológico do indivíduo. Levando para o contexto escolar, pode-se entender que o pedagogo desempenha tanto o lugar de formador dos professores, assim como podem atuar diretamente com os alunos de forma a transformar sua realidade de dificuldades nas questões do dia a dia.

Percebe-se então que o pedagogo só alcança os objetivos quando de fato traça metodologias e planejamentos voltados às peculiaridades e necessidades dos alunos, além de estreitar os laços entre a comunidade escolar (pais, alunos) afim, de viabilizar recursos para atender as necessidades de inclusão e aprendizagem. Deve-se levar em conta, que o projeto político pedagógico da escola auxilia o profissional nas propostas de aprendizagem, e quais são as políticas voltadas aos alunos portadores de necessidades especiais, tendo este contato, assim poderá organizar um trabalho pedagógico o qual poderá se tornar uma ferramenta poderosa no auxílio do ensino-aprendizagem.

No que se refere às práticas pedagógicas os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), aborda que a escola através das formações deve contemplar os desenvolvimentos das inúmeras capacidades dos alunos, de forma não só beneficiá-los com a educação, mas que de fato eles se sintam parte deste processo, ou seja, o pedagogo deve promover uma mediação entre todos os





envolvidos na escola para que haja uma compreensão que todos os alunos têm direito as manifestações sociais e culturais (BRASIL, 1996).

Todavia nos PCN's é possível observar que a educação básica precisa ter qualidade que a sociedade mereça como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Considerando os interesses reais dos alunos com a garantia de uma metodologia essencial para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (BRASIL, 1996).

A criança com Deficiência Intelectual tem limitações para aprender, entender e realizar atividades que são comuns e rotineiras para a maioria dos discentes. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento. As crianças com atraso cognitivo podem precisar de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia, na escola não é diferente, e é natural que enfrentem dificuldades na escola. No entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que algumas crianças não consigam aprender algumas coisas como qualquer outro discente que também não consegue aprender tudo.

Para nascimento (2013, p.1), a atividade do pedagogo dentro do contexto escolar requer uma grande atenção no que diz respeito aos desafios que permeiam os alunos deficientes, uma vez que requer muito estudo e pesquisa para que possa criar condições para organizar um planejamento voltado às intervenções necessárias, e que essas interferências pedagógicas possam de fato abranger as necessidades destes alunos, seja na perspectiva afetiva, cognitiva ou comportamental.

De acordo com Bossa (2007, p. 24), um dos papéis fundamentais no contexto escolar do pedagogo no que tange os alunos é identificar e promover uma atuação que de fato promova significado de aprendizagem nas situações de insucesso dos mesmos, se atentando sempre no bem-estar e na inclusão do aluno. a presença deste profissional é indispensável dentro das instituições de ensino, visto que tem muito o que contribuir na escola. Diferente do que muitos pensam e taxam os psicopedagogos, como por exemplo, trabalho assistencialista, entre suas atividades essenciais estão: atendimento especializado ao aluno; orientação para os pais e responsáveis; auxilio para os docentes no que refere às atividades e a disciplina; inclusão da sociedade na escola; promover formações para a comunidade escolar.





Mas afinal: o que é uma escola inclusiva? A escola inclusiva é a que deve acomodar todas as crianças, no sentido não de simplesmente inserir, independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc. Na Declaração de Salamanca de 1994 ficou determinado que promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva é um dever da sociedade por total. A escola inclusiva se adaptada às necessidades dos alunos, independente de diagnóstico, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas e não nas dificuldades.

2.2 O lúdico como ferramenta na aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual

O lúdico tem se voltado com muita relevância no processo da aprendizagem das crianças com DI, tendo em vista que a ludicidade implica muito na aquisição da aprendizagem o próprio Referencial Curricular cita que as instituições de ensino devem de forma lúdica adotar o brincar como ferramenta de aprendizagem no espaço escolar, brincando a criança cria vínculos.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) a brincadeira quando planejada e organizada com o universo lúdico proporciona para a criança, normas sociais (respeito, tolerância), ampliação da aprendizagem, autocontrole, além do prazer e da diversão.

Através da ludicidade a criança pode obter resultados de forma que esteja implícita na sua forma de brincar, tornando o momento de aprendizagem um momento prazeroso, ajudando através desses momentos não só o tornar as crianças independentes, como também o auxílio às famílias desses discentes.

O lúdico permite um desenvolvimento e uma visão do mundo real. É por meio das descobertas e da criatividade, que a criança pode se expressar, analisar, criticar e transformar a sua realidade. Esse cuidado quando bem aplicado e compreendido, adicionado a educação de forma lúdica pode contribuir para a melhoria do ensino.

Vygotsky (1998) complementa isto apontando o papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil, pois é brincando e jogando que a criança revela seu lado cognitivo, visual, auditivo, tátil e motor. Por meio das brincadeiras as crianças descobrem o mundo a sua volta, se comunicam e se inserem em um contexto social.

Segundo Zatz (2006), a brincadeira é uma atividade inerente ao ser humano. Durante a infância, ela desempenha um papel fundamental na formação e no desenvolvimento físico,

762





emocional e intelectual do futuro do adulto, e sempre presente, o que quer que a criança esteja fazendo, ela se sente atraída pelo ambiente que a rodeia. Desse modo, os profissionais psicopedagogos devem-se selecionar materiais adequados, os quais precisam estar atentos à idade e as necessidades de seus alunos para selecionar e deixar a disposição materiais adequados. O material deve ser suficiente tanto quanto à quantidade, como pela diversidade, pelo interesse que despertam, pelo material de que são feitos.

Através de brincadeira, as situações educacionais se tornam não é só um meio real de aprendizagem como permitem também que os adultos perceptivos e competentes aprendam sobre as crianças e suas necessidades no contexto escolar, isso significa pedagogos capazes de compreender o desenvolvimento, o que por sua vez da aos docentes o ponto de partida para promover novas aprendizagens.

A escola também tem o papel fundamental de favorecer a aprendizagem, sendo a responsável pela estrutura física, funcional e didática, uma vez que colocados em um ambiente agradável, com materiais pedagógicos que as crianças se interessam a criança, principalmente com necessidades especiais se sente motivada.

Para Fonseca (1995) as dificuldades de aprendizagem aumentam na presença de escolas superlotadas e mal equipadas, carentes de materiais didáticos inovadores, além de frequentemente contarem com muitos professores "derrotados" e "desmotivados". A escola não pode continuar a ser uma fábrica de insucessos. Na escola, a criança deve ser amada, pois só assim poderá se sentir instigada a se socializar e aprender no seu meio.

O pedagogo deve adotar estratégias que garantam os direitos de aprendizado de todos os alunos. Entretanto, essas estratégias devem ser adaptadas conforme as particularidades de cada indivíduo, levando em consideração suas vivências, e requerem a sensibilidade e perspicácia do professor, respaldadas por uma formação inicial e contínua voltada a esse propósito. Nessa perspectiva, a abordagem inclusiva centraliza-se na valorização da diversidade, permitindo a coexistência de diferentes práticas pedagógicas dentro da mesma sala de aula, a fim de viabilizar o acesso do aluno com deficiência ao conteúdo curricular.

O conceito de acesso desempenha um papel essencial na promoção da diversidade na sala de aula, uma vez que é fundamental garantir que o aluno tenha acesso integral, por meio de abordagens alternativas, que eliminem as barreiras existentes. Essas abordagens podem abranger uma variedade de métodos, como jogos, atividades lúdicas e experimentação de estratégias diversas. O professor desempenha um papel crucial ao buscar maneiras criativas e





sensíveis para transmitir os conhecimentos em sala de aula, exigindo assim sensibilização, criatividade e formação adequada. Por exemplo, pessoas c procuram adquirir aprendizado, fazendo uso de tecnologias acessíveis de informação e comunicação.

A instituição educacional deve garantir recursos e tecnologias assistivas, com o objetivo de criar condições de acessibilidade que garantam a plena participação e oportunidades de aprendizado para as crianças com deficiência, em igualdade de condições com seus colegas. Dentro do contexto da teoria sócio-histórica, uma educação inclusiva precisa ser essencialmente coletiva, levando em consideração as características individuais dos estudantes. Por meio das interações sociais e da mediação simbólica, acontece uma restrição dos processos psicológicos, beneficiando tanto indivíduos com deficiência quanto aqueles sem deficiência, promovendo um desenvolvimento mais avançado para ambos.

Hoje, graças a um conjunto de regulamentações legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), e a maior valorização de princípios humanísticos, assim como adoção de formas práticas de "brincadeiras", tem ocorrido uma notável transformação de atitudes em diversos setores sociais que agora enxergam nas pessoas com 10 "diferenças" um potencial considerável de integração social, tendo a escola como um agente crucial nesse processo.

Quando esse suporte não está disponível na instituição de ensino em que o aluno está inserido no contexto educacional regular, e não há inclusão. A educação regular pode facilitar o acesso e criar as condições para uma educação de qualidade, representando uma contribuição significativa (BRASIL, 2008). A criação de processos educacionais inclusivos, além de adaptações ao nível de aprendizado da criança, envolve o reconhecimento e a formulação de estratégias pedagógicas destinadas a promover a aprendizagem de todos os alunos com deficiência na escola regular.

A Ressignificação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 destaca que todos os estudantes, em diferentes etapas de sua trajetória escolar, podem apresentar demandas educacionais diversas. De modo geral, os pedagogos possuem conhecimento sobre diversas estratégias para atender a essas demandas. No entanto, é evidente que certas necessidades educacionais exigem abordagens mais específicas e o uso de recursos complementares por parte da escola, garantindo ao aluno condições adequadas para o pleno acesso ao currículo.





Dessa maneira, é essencial reafirmar que a eficácia do planejamento individualizado, escolha de bons materiais lúdicos, alinhado aos seus objetivos e funções se torna mais evidente quando a instituição escolar, por meio de seus setores pedagógicos e administrativos, aborda a temática de maneira holística. Isso implica na consideração do todo, evitando fragmentação, e no respeito aos padrões coletivos, com um comprometimento genuíno em desempenhar suas responsabilidades enquanto formadora ativa da sociedade.

O uso do lúdico usado como forma de provocar uma aprendizagem mais prazerosa e significativa, estimula o início de um novo conhecimento contribuindo, assim, para o desenvolvimento da criança. É através das atividades lúdicas que a criança se prepara para a vida, assimilando a cultura do meio em que vive, e integrando, adapta às condições que o mundo lhe oferece e aprendendo a competir, a cooperar com seus semelhantes, e a conviver como um ser social.

Aprender com lúdico tem mais resultados, pois a assimilação infantil adapta-se facilmente à realidade, que é o brincar. Transformar o lúdico em instrumento fundamental do ser humano, do qual a criança depende para se desenvolver. Para crescer, brincar e para se equilibrar frente ao mundo precisa do jogo, brincadeira, ou seja do lúdico.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma qualitativa descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental. O objetivo é investigar o papel do pedagogo no uso de práticas lúdicas como estratégia para o ensino-aprendizagem de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental. Além disso, permitindo identificar lacunas na literatura, embasar o problema de pesquisa e justificar a relevância do estudo.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica permite compreender o estado atual do conhecimento, identificar lacunas e embasar teoricamente o estudo. A análise documental, conforme Marconi e Lakatos (2003), permite a obtenção e interpretação de dados já elaborados, possibilitando a extração de informações essenciais para a pesquisa.

A estratégia metodológica incluiu a seleção criteriosa de palavras-chave, definidas a partir dos termos mais frequentes na literatura sobre o tema. Essas palavras-chave foram identificadas por meio de leituras preliminares e consultas a artigos de referência. As principais expressões utilizadas foram: Aprendizagem. Deficiência intelectual. Lúdico. Pedagogo; para assegurar a qualidade e relevância das fontes selecionadas, adotaram-se os seguintes critérios de





inclusão: artigos publicados em periódicos e revistas científicas revisadas por pares; estudos publicados, para garantir a atualidade das informações; e trabalhos que tratassem diretamente do tema investigado.

Por outro lado, os critérios de exclusão contemplaram estudos que não abordavam diretamente o tema, resumos que indicavam baixa relevância para os objetivos do estudo e publicações com qualidade metodológica questionável, como aquelas sem revisão por pares. Assim, procedeu-se à busca nas bases de dados com as palavras-chave estabelecidas, resultando em um conjunto diversificado de artigos.

Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para selecionar os estudos que atendiam aos critérios definidos. Por meio de uma análise criteriosa dos artigos selecionados na triagem, buscou-se confirmar sua relevância e qualidade. Posteriormente, foram coletadas informações essenciais, como objetivos, metodologia, resultados e conclusões. Por fim, elaborou-se uma síntese dos dados extraídos, destacando as principais contribuições, convergências e divergências entre os estudos analisados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui apresentada convoca a refletir sobre o profissional pedagogo, levando-o na educação de discentes com deficiência intelectual considerar as diversas situações em que a aprendizagem se manifesta, de acordo com suas necessidades básicas, inclinações e anseios. Para além da dimensão cognitiva, deve-se almejar a totalidade do sujeito, propiciando condições para seu crescimento e melhoria como pessoa. É necessário que se espere o máximo de aprendizado dos conteúdos curriculares ministrados, mas respeitando-se as limitações naturais dos alunos com necessidades especiais.

O Atendimento de estudantes-alvo e a possível inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais só dará certo se houver a participação de todos. No contexto escolar com a finalidade de efetivar a aprendizagem também para os alunos com necessidades específicos. Pode-se concluir com a pesquisa apresentada que são muitas as possibilidades de aprendizagem para os alunos especiais. Pode-se notar que o professor deve buscar várias maneiras lúdicas pedagógicas de contribuir para os caminhos que os alunos utilizam para aprender, uma vez que nem todos aprendem da mesma maneira, independente de nível do diagnóstico.

Desta forma é importante que os pedagogos tenham muita atenção na hora de selecionar as atividades, jogos, brincadeiras e brinquedos, devem se preocupar com o desenvolvimento da

OPEN ACCESS



criança, porque nem todos os jogos, brincadeiras e brinquedos serão sempre voltados ao desenvolvimento da criança. Deve-se na hora de escolher, fazer uso de diversos recursos como; jornais, revistas, vídeos, materiais recicláveis, materiais produzidos pela própria criança, aproveitar as experiências que a criança traz entre elas e as experiências vivenciadas na rua. É importante incentivar a troca de experiência da criança entre elas mesmas em sala de aula e as experiências vivenciadas no meio social que ela vive.

Levando em consideração o desenvolvimento como um todo, a avaliação não deve ser feita apenas para encaminhar o aluno, ela deve ser contínua durante toda a passagem do aluno a classe especial, até o seu retorno à classe comum. Transformar o lúdico em instrumento fundamental do ser humano, do qual a criança depende para se desenvolver. Para crescer, brincar e para se equilibrar frente ao mundo precisa do jogo, brincadeira, ou seja do lúdico.

REFERÊNCIAS

MARCHESI, A. A prática da linguagem das escolas inclusivas. In: MARCHESI, A.; COLL, C.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artemed, 2004b. pp. 15-17.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, **de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: matemática. 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livroo3.pdf >. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. BNCC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf >. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceboo4_10.pdf >. Acesso em: 20 dez. 2024.

Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em:

766





http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf >. Acesso em: 29 de dezembro de 2024.

NASCIMENTO, F.D. O Papel do Psicopedagogo na Instituição Escolar. Publicado em 2013. Disponível em: http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VYGOTSKY, Lev. S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. V. 11^a. Edição. São Paulo: Ícone, 2010, p. 103-116.

ZATZ, Silvia.; ZATZ, André.; HALABAN, Sérgio. Brinca comigo! Tudo sobre brincar e os brinquedos. São Paulo: Marco Zero, 2006.

FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.